

Data: 08.07.2020

Título: Dois bancos faliram, BES e Banif

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17;18;19;20;21



*10 anos de Carlos Costa como governador
do Banco de Portugal chegam ao fim*

Dois bancos faliram, BES e Banif

**Os cinco maiores bancos
perderam 13 mil trabalhadores...
... e fecharam 1800 balcões**

**Ajudas financeiras ao setor
nos 10 anos valem 90 TAPs**

Bagão Félix ao i

**“Um mandato não isento de erros
e sobretudo de hesitações, reagindo
a posteriori e não prevenindo”**

Mário Centeno, o homem que se segue
**“O Banco de Portugal vai ser o cachorro
deste Governo e o que lhe deu força para
chegar a este lugar foi a sua fraqueza e a
sua dependência política”, João Duque**

// PÁGS. 16-21



Área: 4585cm² / 75%

Tiragem: 16.000

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6890546

Data: 08.07.2020

Título: Dois bancos faliram, BES e Banif

Pub:



QuickCom
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17;18;19;20;21

Banca

B ZOOM // **DEZ ANOS DEPOIS, CARLOS COSTA SAI DO BDP PELA PORTA PEQUENA**

Termina o mandato como começou: está aí uma nova crise que pode afetar o sistema financeiro. O governador deixa para trás a resolução do BES e do Banif, ajudas financeiras, recapitalização de bancos e muitas dúvidas em torno da gestão de algumas instituições.

TEXTOS *Sónia Peres Pinto*
INFOGRAFIA *Oscar Rocha*

Área: 4585cm² / 75%

Tiragem: 16.000

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6890546

Data: 08.07.2020

Título: Dois bancos faliram, BES e Banif

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17;18;19;20;21

Área: 4585cm² / 75%

Tiragem: 16.000

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6890546





BdP. Mandato de Carlos Costa chega hoje ao fim, dez anos depois. Não vai deixar saudades

Queda de BES e Banif, recapitalizações financeiras, espanholização do setor e redução de estruturas dos bancos marcaram os dois mandatos do ainda governador do banco central. Carlos Costa foi ainda "ameaçado" de exoneração, mas acabou por cumprir o mandato até ao fim. Economistas ouvidos pelo *i* reconhecem que "balanço não pode ser positivo".

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt

Carlos Costa acaba hoje o segundo mandato à frente do Banco de Portugal (BdP). Foi eleito pela primeira vez para liderar o órgão regulador em 2010, pelas mãos do Governo socialista de José Sócrates, para suceder a Vítor Constâncio (que foi ocupar o cargo de vice-presidente do Banco Central Europeu). Acabou por ser reconduzido no cargo em 2015, pelo Executivo PSD/CDS-PP liderado por Passos Coelho, mas desde o início deste ano que se sabia que não seria reconduzido e o seu futuro já estava traçado. "No final do mandato do governador, o Governo exercerá a sua competência e designará um novo governador", declarou o primeiro-ministro, em março. Dez anos depois, o balanço não é positivo, como admitem os economistas ouvidos pelo *i*.

Durante uma década, o ainda governador do Banco de Portugal – que terá de continuar em funções até que o seu sucessor seja eleito (ver texto ao lado) – teve de lidar com a entrada da *troika* no país e com a obrigação dos bancos de terem de limpar as suas contas. Libertarem-se do crédito malparado foi a palavra de ordem – uma exigência que obrigou as

instituições financeiras a terem de pedir ajudas financeiras ao Estado que entretanto foram já reembolsadas. Durante o seu mandato caíram dois bancos: Banco Espírito Santo (BES) e Banif. A queda do banco liderado por Ricardo Salgado foi eleita pelos economistas contactados pelo *i* como um dos piores momentos e intervenções de Carlos Costa.

Ainda assim, António Bagão Félix lembra que Carlos Costa desempenhou as suas funções num contexto muito complexo, não só em termos macroeconómicos como da crise bancária e dos sucessivos casos a ela associados. "Um mandato não isento de erros e, sobretudo, de hesitações, reagindo *a posteriori* e não prevenindo. No entanto, é justo referir que é bem mais fácil criticá-lo depois dos acontecimentos, não tendo em consideração as enormes dificuldades (e até insuficiências) do banco central", afirma ao *i*.

E garante que considera "positiva a sua preocupação de se manter independente face a pressões do poder político (em particular, no tempo em que Mário Centeno foi o ministro das Finanças), bem como o modo muito institucional como se posicionou".

Também para João Duque "a sua atuação teve coisas boas e más", mas o eco-



nomista destaca a resolução do BES como "o pior momento". No entanto, realça como positivo o facto de não ter entrado em "políticas de rua", o que, no seu entender, "foi importante para cumprir com dignidade a função que o seu cargo implicava". Ao *i*, o economista reconhece que o ainda governador foi "bastante massacrado" politicamente. E, perante esse cenário, "sempre teve a preocupação de se manter à distância, não respondendo na praça pública, o que é uma boa característica para quem desempenha esse cargo".

CARTÃO VERMELHO "A resolução feita pelo Banco de Portugal, o pedido de aumento de capital em 24h ao BES, o pedido de provisões levando os resulta-

dos do BES a irem por água abaixo, foram claramente um atestado de incompetência passado a todos os portugueses", diz Pedro Amorim, acrescentando ainda que "o momento da sua venda para o fundo Apollo foi um erro". O analista da Infinox foi mais longe: "Vender um banco a uma empresa que tem como *core business* a dissolução de empresas, tendo ainda ofertas semelhantes por bancos estrangeiros, das duas uma: ou Banco de Portugal não queria mais nenhum banco estrangeiro em Portugal ou queria desmantelar por completo o BES".

A juntar a este "momento dramático" está, segundo Pedro Amorim, o dia em que Carlos Costa foi ao Parlamento "informar que ia divulgar em praça pública

Cronologia

Dezembro de 2011
VENDA DO BPN
Venda do BPN ao BIC por 40 milhões de euros. Mais tarde, Mira Amaral, que assumiu a liderança da instituição financeira, admitiu que, se voltasse

atrás, não daria tanto dinheiro.

Agosto de 2014
RESOLUÇÃO DO BANCO ESPÍRITO SANTO
Banco de Portugal anuncia a resolução do Banco Espírito

Santo. O BES fica com os ativos tóxicos e nasce o Novo Banco, que recebe uma injeção de 4,9 mil milhões de euros do Fundo de Resolução. O governador Carlos Costa garantiu, na altura, que a decisão não

teria custos para os contribuintes.

Julho de 2015
SEPARAÇÃO DO MONTEPIO
O Conselho de Ministros aprovou um diploma que veio

regularizar a atividade das caixas económicas que funcionam como bancos. Uma clarificação e reforço da supervisão do Banco de Portugal e uma separação clara entre os acionistas e a administração das



Carlos Costa entrou no Banco de Portugal em 2010, nomeado pelo Governo de José Sócrates. Cinco anos depois foi reconduzido pelo Executivo de Passos Coelho. Agora, com António Costa, a sua missão chegou ao fim

FILIPPE CASNECA

Mário Centeno: o senhor que se segue

Ex-ministro vai ser ouvido hoje no Parlamento.

No dia em que o governador do Banco de Portugal termina o mandato, o ex-ministro das Finanças que lhe vai suceder na pasta vai ser escrutinado no Parlamento. Mário Centeno vai ser ouvido pelos deputados no âmbito da proposta de designação para o cargo de governador. Só depois desta audição será elaborado um relatório e só depois é que o Conselho de Ministros poderá designar Centeno para o cargo de governador. A responsabilidade de elaborar o relatório ficou a cargo do grupo parlamentar do PS e o parecer será redigido pelo deputado socialista João Paulo Correia, que foi nomeado relator.

O certo é que a nomeação tem estado envolvida em fortes polémicas, já que Centeno deixou a pasta das Finanças mais cedo com vista a substituir Carlos Costa, levantando reservas sobre a garantia de independência do supervisor financeiro face ao Governo. Mas nem a proposta do PAN de estabelecer um "período de nojo" entre o exercício de funções governativas na área das Finanças e o desempenho do cargo de governador do Banco de Portugal, que não recebeu apoio da maioria para aprovar essas mudanças, conseguiu travar esse objetivo.

Objetivo esse que Mário Centeno nunca escondeu ao considerar que não há incompatibilidades para assumir as novas funções. "Ser governante não é um cadastro", chegou a referir.

tudo o que tinha, mesmo invadindo assim o segredo de justiça".

Mas as alterações não ficaram por aqui. A maioria das instituições financeiras, em nome da crise e das novas necessidades dos clientes, reduziram drasticamente as suas estruturas durante estes últimos dez anos. E os números falam por si: cerca de menos 13 mil trabalhadores e menos quase 1800 balcões neste período só nos principais bancos a operarem em Portugal (ver págs. 20-21). Em compensação, carregaram nas comissões pagas aos clientes.

Para Pedro Amorim, não há dúvidas: "Depois do que aconteceu com as resoluções do Banif e do BES, principalmente, é muito difícil avaliar positivamente

o mandato de Carlos Costa. Provavelmente, o colapso do BES será o tema maior que marcou o mandato, com a resolução a ser um dos maiores fracassos financeiros a nível mundial. Também é preciso tomar nota que a supervisão dos maiores bancos passou para o BCE, devido a erros passados do BdP nestes bancos".

Também a opinião de André Pires não difere muito. "Carlos Costa é governador do Banco de Portugal desde 2010. Durante esses dez anos teve de enfrentar todo o tipo de desafios. Logo no primeiro ano, tomou posse do banco quando o país atravessava uma dívida pública desequilibrada a qual conduziu, no ano seguinte, ao resgate da *troika*. O sistema bancário encontrava-se altamente

alavancado e com grande exposição à dívida pública, o que levou à necessidade de uma intervenção do Estado em bancos como o BCP, BPI e Banif", refere ao *io* analista da XTB.

O responsável diz, no entanto, que talvez o momento mais polémico do percurso do governador terá sido a sua atuação em 2014 no caso BES, do qual se criou o Novo Banco, "que continua a consumir milhões de euros em recursos públicos por via dos empréstimos que o Tesouro concedeu para assegurar a continuidade da instituição". E acrescenta: "Ao todo, o Novo Banco já recebeu quase oito mil milhões de euros, com prazos de reembolso de décadas, caso esse

continua na página seguinte >>

instituições foram dois aspetos destacados pelo anterior Governo. Com esta separação, Tomás Correia, que acumulava a liderança das duas instituições, foi obrigado a abandonar um dos cargos.

A ideia era simples: garantir uma maior independência entre banco e associação.

Dezembro de 2015
BANIF VENDIDO AO SANTANDER TOTTA
Banco de Portugal anunciou

a venda do Banif ao Santander Totta por 150 milhões. O negócio incluiu a atividade do Banif e a maior parte dos seus ativos e passivos.

Março de 2017
CONCLUSÃO DO PROCESSO DE RECAPITALIZAÇÃO DA CGD

Concluído o processo de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos com a injeção de 2,5 mil milhões.

A primeira fase passou pela realização de um aumento de capital em espécie no montante de aproximadamente 1445 milhões de euros, subscrito e realizado integralmente pelo acionista Estado português, pela entrega >>

>> continuação da página anterior

que ainda hoje tem muitas incógnitas". E de acordo com o analista, os problemas não ficaram por aqui. No ano seguinte, em 2015, outro banco, perante rotura iminente, foi alvo de uma medida de resolução do Banco de Portugal. "Estou a falar do Banif, cuja parte boa foi 'salva' transferindo-a para o Santander Totta, sem qualquer contrapartida, e custando aos contribuintes a módica quantia de três mil milhões de euros. Entre outros apoios públicos à banca, os dois mandatos de Carlos Costa ficam, por isso, marcados por um protecionismo do sistema financeiro sob a justificativa de garantir a estabilidade financeira do país".

Ainda assim, lembra que esta "rede de segurança" para o sistema financeiro tem razão de ser até certo ponto, uma vez que o colapso financeiro arrasta consigo a economia nacional. Mas é uma estratégia que, no seu entender, comporta riscos: "A utilização desta 'almofada' de forma pouco criteriosa tende a incentivar os bancos a assumirem riscos cada vez maiores nas suas estratégias e a tomarem posições irresponsáveis. Casos como o BES deixam claro que existem sempre formas de contornar o sistema para ocultar a situação caótica de um banco. Daí que, apesar dos efeitos nocivos de uma crise no sistema financeiro, o intervencionismo do Estado pode levar a um agravamento gradual da situação a longo prazo".

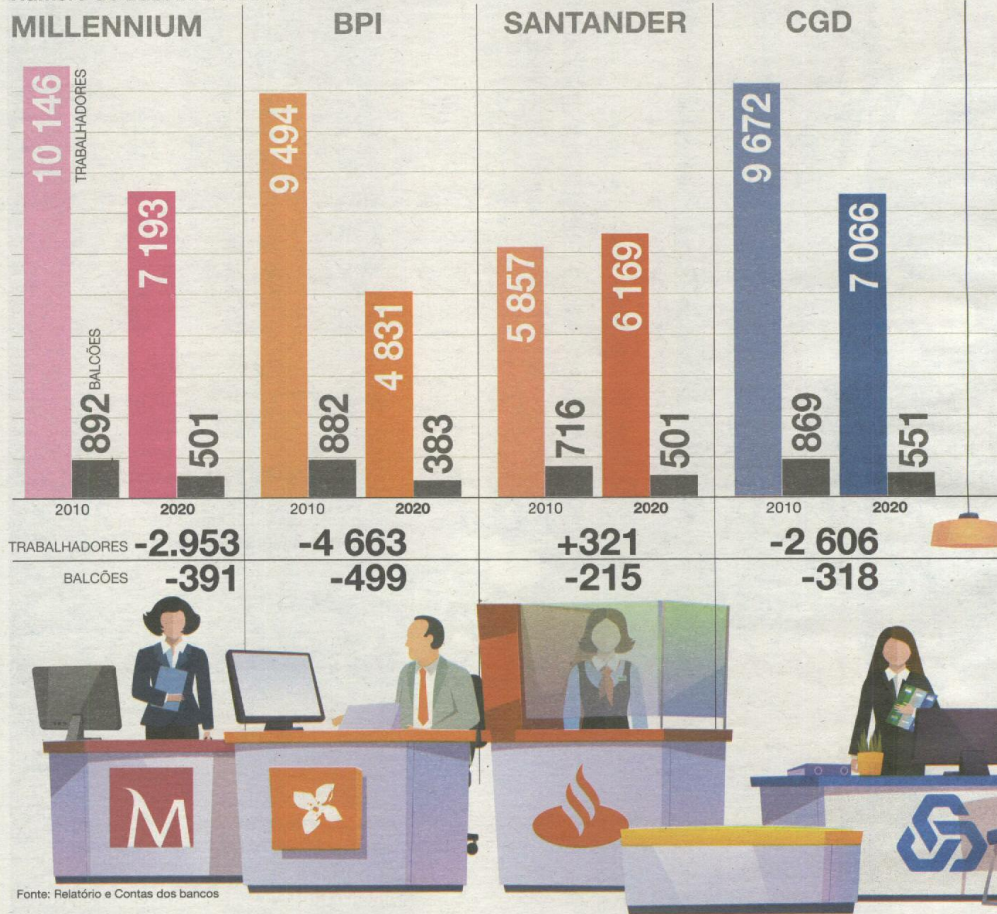
INJEÇÕES NO SETOR A recapitalização do sistema financeiro foi, sem dúvida, uma das prioridades de Carlos Costa, mas foi alvo de forte críticas, nomeadamente dos partidos políticos. O BCP pediu emprestados 3 mil milhões de euros ao Tesouro, e o BPI 1500 milhões de euros. Já a CGD recebeu 1650 milhões de euros, 750 milhões de euros em ações e 900 milhões de euros emprestados – verba essa que foi entretanto devolvida.

Pedro Amorim fez as contas e lembra que estamos a falar de valores superiores a 15 mil milhões. "As recentes notícias sobre os capitais negativos do Fundo de Resolução serem superiores a sete mil milhões levariam o valor das ajudas a números nunca antes calculados. Segundo dados consultados, o valor da TAP é de 313 milhões de dólares. São 280 milhões de euros. Se o buraco dos 7 mil milhões de euros no Fundo de Resolução se confirmar, estamos a falar de uma ajuda total ligeiramente superior a 25 mil milhões de euros. Em comparação, estamos a falar num valor de 90 TAPs", refere ao i.

No entanto, se recuarmos às ajudas ao

5 MAIORES BANCOS: DIFERENÇAS EM 10 ANOS

Número de trabalhadores 2010-2020



setor entre 2008 e 2018, estamos a falar de uma conta de 23,7 mil milhões de euros. "Para termos a noção deste número, foram 23 pontes Vasco da Gama", refere Pedro Amorim.

BANCA FORA DE MÃOS NACIONAIS O mandato de Carlos Costa ficou ainda marcado pela venda e fusão de bancos, um movimento que levou a que a maioria das instituições financeiras ficassem de fora da esfera nacional. A espanholização da banca foi polémica ao ponto de ter sido criado um manifesto, em 2016, assinado por 51 notáveis – entre eles, empresários, banqueiros e outras personalidades –, com vista a combater a transferência para Madrid dos centros de decisão sobre o financiamento da eco-

nomia nacional e contra o "dirigismo das autoridades europeias".

Na origem desta iniciativa estava, em grande parte, o processo de resolução e venda do Banif aos espanhóis do Santander. Depois, o mesmo grupo voltou a manifestar-se, em 2019, contra a venda do Novo Banco ao Lone Star e, acima de tudo, contra a reconfiguração da banca em Portugal.

O grupo composto, entre outros, por João Salgueiro, Alexandre Patrício Gouveia e Pedro Ferraz da Costa diz que "se encontra por esclarecer o facto de o Banco de Portugal ter concedido à Lone Star exclusividade nas negociações à data de 18 de fevereiro de 2017, quando estava ainda em fase de negociação com o outro concorrente (a Apollo/Centerbridge), ten-

do em conta que lhe tinha dado a data de 24 de fevereiro de 2017 como limite para a obtenção das informações necessárias para apresentação da sua proposta. Destes modo, não só os dois candidatos não dispuseram do mesmo prazo para apresentação das propostas como não receberam a mesma informação quanto a poderem comprar menos de 100% do Novo Banco, ou quanto a poderem solicitar garantias sobre os ativos problemáticos (imparidades) que, ao contrário do inicialmente afirmado pelo Governo, vieram a ser concedidas e estão agora a concretizar-se, com elevados custos para os cidadãos", referiam, na altura.

Este cenário, segundo Pedro Amorim, está agora bem visível no sistema financeiro a atuar em Portugal. "O sistema

Cronologia

de 945 milhões de euros respeitantes a obrigações subordinadas de conversão contingente (instrumentos de capital core tier 1) e respetivos juros, e de cerca de 500 milhões de euros mediante a entrega de ações da Parcaixa.

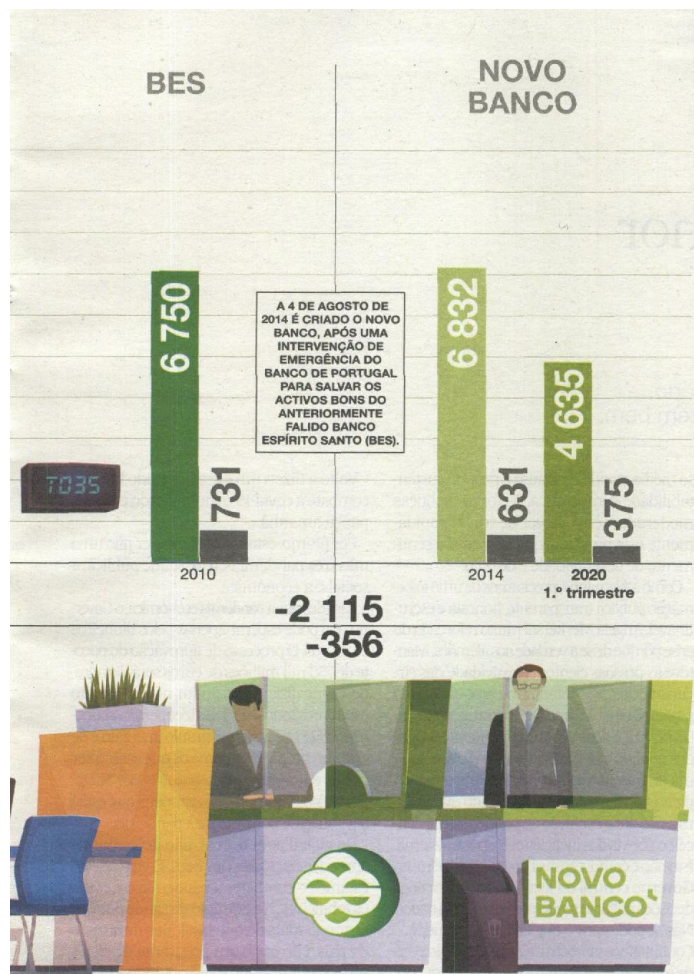
Outubro de 2017
ACORDO PARA A VENDA DO NOVO BANCO AO FUNDO NORTE-AMERICANO LONE STAR
Anunciado o acordo para a venda do Novo Banco ao fundo norte-americano Lone

Star, que fica com 75% da instituição financeira. A restante percentagem manteve-se nas mãos do Fundo de Resolução. A Lone Star comprometeu-se a injetar mais 250 milhões de euros na instituição, depois

dos 750 milhões que foram disponibilizados neste fecho da operação.

Março de 2019
COMISSÃO DE INQUÉRITO À CGD
Foi questionado o papel de

Carlos Costa na concessão de créditos tóxicos quando era administrador do banco público, ao ponto de ser falada a sua destituição. Teve ainda de explicar umas férias em Vale do Lobo – do qual a CGD foi credor – e a compra



financeiro nacional foi espanholizado. Praticamente, não temos bancos de relevo portugueses, com o BCP a ir para os chineses e praticamente o restante para Espanha", refere ao i.

E lembra: "Temos o Santander, com a fusão com o Popular, a concorrer à liderança de mercado com o BCP, que por sua vez se encontra em mãos chinesas. A aquisição do BPI por parte do La Caixa, o ex-BES para o Lone Star, a saída do Barclays para entrar o Bankinter e a saída do Deutsche Bank vieram reforçar a banca espanhola em Portugal".

OLHOS POSTOS NO FUTURO João Duque admite que não compreende a escolha de Mário Centeno para liderar o Banco de Portugal, alegando que tem uma série

de conflitos de interesses e não tem independência do poder político. "Como vai criticar alguma atitude deste Governo quando ele foi um dos grandes responsáveis pela sua política?", questiona. E não hesita: "O Banco de Portugal vai ser o cachorro deste Governo e o que lhe deu força para chegar a este lugar foi a sua fraqueza e a sua dependência política. Não teria hipótese se Costa não estivesse no Executivo".

Já Pedro Amorim espera um bom mandato do próximo governador do Banco de Portugal. E garante que, apesar de ter "as melhores referências do ex-ministro das Finanças", a sua tarefa parece aparentemente mais fácil, uma vez que os bancos estão agora melhor capitalizados. Os alarmes soam apenas para o Mon-

tepio e para o Novo Banco. "Neste momento, os bancos são estrangeiros. A sua capacidade de capitalização é suficiente para aguentar, a curto prazo, a atual crise".

André Pires admite que o equilíbrio entre apoio ao sistema financeiro e a responsabilização não é fácil e, por vezes, pode ser ingrato. "Pelo que a tentação é sempre a de intervir e tentar estancar a ferida com um penso rápido. No entanto, ao fim destes dez anos, a debilidade do sistema bancário português não parece ter melhorado", conclui.

PERFIL Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, foi diretor-geral do Millennium BCP de 2000 a 2004. Entre outras funções, foi também presidente do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos entre 2004 e 2006 e ocupou cargo idêntico no Banco Nacional Ultramarino (BNU) e no Banco Caixa Geral (Espanha). O governador recebeu ainda o grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Em 2016, a possibilidade de ser exonerado do Banco de Portugal chegou a ser falada face à guerra travada com o Governo. Na altura, o primeiro-ministro escusou-se a comentar se Carlos Costa devia abandonar o cargo de governador, recordando que a instituição "goza de independência" e de um "estatuto próprio". Menos poupado nas palavras foi Carlos César, presidente do PS. "Há uma realidade, que os portugueses, vivem de alguma falta de confiança ou, pelo menos, de uma avaliação frágil, quer dos depositantes, quer dos utilizadores do sistema bancário em relação ao regulador, o Banco de Portugal", referiu.

O que o salvou? A lei orgânica do Banco de Portugal e os estatutos do Banco Central Europeu são claros: os membros do conselho de administração do regulador bancário são "inamovíveis" e só podem ser exonerados dos cargos se tiverem "cometido falta grave" ou deixarem de preencher os requisitos para a função.

Os governadores têm de ter "comprovada idoneidade, capacidade e experiência de gestão, bem como domínio de conhecimento nas áreas bancária e monetária", segundo os estatutos do BdP. No entanto, avançar para um confronto direto desta natureza implicaria certamente uma guerra jurídica. O Governo teria de provar a "falta grave", tendo este conceito um entendimento preciso para o BCE. O banco central considera um ato grave uma decisão ou omissão "que vá contra a lei".

Citações

"Tenho de lamentar a forma como a administração do Banco de Portugal tem vindo a arrastar uma decisão sobre estas matérias [lesados do BES]". Era preciso uma "atitude responsável"

António Costa
PRIMEIRO-MINISTRO

"Não preciso de vir para a praça pública bater com a mão no peito, fazer *mea culpa*"

Carlos Costa
GOVERNADOR DO BANCO DE PORTUGAL

"O Banco de Portugal é hoje manifestamente diferente, em termos de organização, de capacitação, de intervenção, daquele que encontrei em 2010"

Idem

"Sou um partidário de instituições independentes, reguladores fortes e independentes do poder político. Vejo com muita tristeza este movimento de tentativa de descredibilização do governador do Banco de Portugal"

Eduardo Catroga
ECONOMISTA

de um monte no Alentejo a Armando Vara.

Setembro de 2019
MULTAS PARA BANCA
A Autoridade da Concorrência condenou o cartel da banca. Foram 225

milhões de euros de coima aplicados a 14 bancos visados por concertação de posições no crédito, incluindo à habitação. Margarida Matos Rosa sublinhou que os consumidores que se sintam

lesados podem pedir indemnizações aos tribunais.

Março de 2020
POLÉMICAS EM TORNO DA INJEÇÃO DE CAPITAL DO NOVO BANCO
Voltaram a soar em torno da

necessidade de novas injeções no Novo Banco e até causaram mal-estar interno no Governo e entre Mário Centeno e Carlos Costa. Nesse altura foram injetados 1037 milhões de euros do Fundo de Resolução, dos

quais 850 milhões vieram diretamente do Estado. No total, o Novo Banco já recebeu 2978 milhões de euros do Fundo de Resolução para se recapitalizar, dos quais 2130 milhões de euros foram de empréstimos do Tesouro.